

# GUERRA A GUERRA: OS MOVIMENTOS ANARQUISTAS NA GRANDE GUERRA

**War on war, anarchism movements in World War I**

**Guerra a la guerra: los movimientos anarquistas en la Gran Guerra**

João Carlos Marques<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo tem por objetivo trazer ao debate a circulação de ideias no interior do movimento operário brasileiro e português no contexto da Primeira Grande Guerra, em que militantes anarquistas se posicionaram de forma divergente em relação à conflagração, levantando discussões e polêmicas a respeito da intervenção ou não no conflito armado.

**Palavras-Chave:** Primeira Guerra; Movimento Operário; Sindicalismo Revolucionário; antimilitarismo, militarismo.

**Abstract:** The article aims to bring to discussion the circulation of ideas within the Brazilian labor movement and Portuguese working class in the context of the First World War, where anarchist militants is positioned in different ways relative to the conflagration, raising discussions and polemics about the intervention or not in armed conflict.

**Keywords:** The First War. Worker Movement. Revolutionary Syndicalism. Antimilitarism. Militarism.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo reunir a debatir la circulación de ideas dentro del movimiento obrero brasileño y portugués en el contexto de la Primera Guerra Mundial, donde los militantes anarquistas se coloca en diferentes formas en relación con conflagración, levantando discusiones y polémicas sobre la intervención o no en los conflictos armados.

**Palabras clave:** Primera Guerra. Movimiento del Trabajador. Sindicalismo Revolucionario. Militarismo contra. Militarismo.

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa.

Em 1914, com a deflagração da guerra europeia, o proletariado se viu diante de um novo inimigo a combater, a carestia de vida que invadia o lar operário atenuando a degradação das situações econômicas, morais e políticas da classe trabalhadora em âmbito internacional. Além da carestia de vida proporcionada pela guerra, o conflito acabou por colocar em diferentes trincheiras companheiros de luta que vinham lado a lado reivindicando melhores condições de vida e trabalho. Ou seja, em âmbito internacional a guerra acentuava as divergências entre os militantes mais revolucionários, colocando-os em trincheiras opostas.

A Grande Guerra (1914-1918) marcou o fim de uma época tanto para a classe dominante como para o proletariado internacional, pois contribuiu significativamente para as transformações ocorridas no interior do movimento, sobretudo “[...] com a morte à II Internacional, formada no Congresso de Paris de 1889”. Ou seja, o conflito provocou “[...] profundas divisões na II Internacional e na Federação Sindical Internacional [...]”. (Cf. NUNES, 2011, p. 61-62). Após as divisões, as divergências entre os dirigentes anarquistas agravam-se ainda mais, “[...] quando célebres e reputados anarquistas e sindicalistas revolucionários europeus, repudiando os seus ideais, se manifestaram decididamente pela intervenção na guerra ao lado dos Aliados [...]” (Cf. NUNES, 2011, p. 61-62). Mesmo optando pela intervenção ao conflito, anarquistas e sindicalistas não conseguiram impedir a conflagração do conflito, levando inúmeros trabalhadores “[...] para carnificina que, durante quatro anos, ensanguentou a Europa e provocou 10 milhões de mortos [...]” (Cf. NUNES, 2011, p. 61-62).

As posições assumidas pelos dirigentes europeus ganham o território europeu, chegando mesmo a entrar em terras brasileiras. Em Portugal, as repercussões da polémica formaram de dois grupos: os intervencionistas

e o dos não intervencionistas, ou guerristas e antiguerristas. Entre os militantes portugueses que se destacam em meio à polémica, está Emilio Costa, que faz parte do primeiro grupo, e Neno Vasco<sup>2</sup>, prestigiado anarquista português que viveu no Brasil no início do século XX, fará parte do grupo dos não intervencionistas.

No Brasil, as poucas notícias que chegavam da Europa, em sua maioria “[...] contraditórias e suspeitíssimas [...]”, como relatam os dirigentes da Confederação Operária Brasileira (COB), davam conta da situação enfrentada pela classe trabalhadora europeia. Devido ao controle e à censura severa das informações no continente europeu, eram permitidas apenas “[...] as informações sobre o entusiasmo patriótico da população [...]”, que segundo o editorial da COB representa “[...] perfeitamente o valor dos telegramas publicados pela imprensa [...]” oficial. (*A Voz do Trabalhador* 20/08/1914, p. 1).

As informações referentes à situação na Europa, ainda segundo os dirigentes da COB, atravessavam o Atlântico e ecoavam no interior do movimento operário brasileiro por intermédio das edições do diário socialista *A Vanguarda*, publicado em Lisboa, que, por meio dos “[...] últimos números aqui chegados [...]”, podia-se “[...] colher algumas notas mais precisas sobre a atitude dos revolucionários [...]” europeus diante da conflagração. Os números que chegaram à sede da confederação brasileira datavam até o dia 31 de julho de 1914, ou seja, até o momento da declaração de guerra à Servia pela Áustria. (*A Voz do Trabalhador* 20/08/1914, p. 1).

2 Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos, mas conhecido no meio operário como Neno Vasco, foi um dos principais adeptos e propagandistas das ideias de Malatesta no Brasil e Portugal, seus escritos e suas ideias sobre o sindicalismo revolucionário foram estampados nas colunas do jornal *A Voz do Trabalhador* e na cidade do Porto *Aurora* (1914) de Portugal, para mais informações sobre Neno Vasco ver SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

Ainda em agosto de 1914, a imprensa operária brasileira trazia ao operariado nacional importantes informações acerca do associativismo europeu e suas posições em relação à guerra. O editorial *A Voz do Trabalhador*, órgão oficial da COB, com a intenção de promover a conscientização do operariado brasileiro, traz ao debate resoluções dos sindicalistas belgas reunidos em congresso em Bruxelas no dia 26 de julho daquele ano. Os congressistas votaram uma moção contra a guerra, com as seguintes conclusões:

[...] o congresso, afirmando a irredutível oposição do proletariado contra a guerra, lança o grito de alarme e convida a Internacional Operária a servir-se de todos os meios para impedir esse crime contra a humanidade, e solidariza-se, desde já, com os trabalhadores dos outros países. (*A Voz do Trabalhador* 20/08/1914, p. 1).

Em Portugal, a guerra também ganha voz e eco, pois em conformidade com a atitude dos sindicalistas belgas os revolucionários portugueses (não em sua totalidade) também se manifestam contra o conflito, e, em 29 de julho do mesmo ano, é votada em assembleia em Lisboa a seguinte orientação, que também ganha as páginas do periódico sindicalista revolucionário *A Voz do trabalhador*:

Os sindicalistas revolucionários, os anarquistas e os sindicalistas reunidos na sede da comissão paroquial socialista da Encarnação, surpreendidos pela declaração de guerra da Áustria à Servia, pondo em risco a paz da Europa, e tendo conhecimento de terem sido fuzilados na Áustria dois dirigentes das manifestações contra a guerra, o que prova o instinto feroz da burguesia, rejeitando a intervenção do operariado para manter a paz, é do parecer que anarquistas, socialistas e sindicalistas devem dar tréguas às questões que os dividem,

unindo-se todos através das fronteiras para impedir que os povos se assassinem à ordem de seus exploradores. (*A Voz do Trabalhador* 20/08/1914, p. 1).

Os dois textos publicados em *A Voz do Trabalhador* refletem a intenção dos dirigentes da COB em conscientizar o operariado nacional acerca das consequências para o operariado de um conflito armado, e ainda se solidarizando com os trabalhadores europeus. Os dirigentes brasileiros se colocam contra, no que chamam de calamidade universal, pois, “[...] na presente emergência que faz sobrenadar em sangue a Europa quase inteira [...]” os militantes confederados da COB representando o operariado brasileiro declaram-se solidários com os sacrificados trabalhadores europeus “[...] nesta fase dolorosa para a história rubra do proletariado”. (*A Voz do Trabalhador*, 5/08/1914, p. 1).

Na segunda edição de agosto 1914, os editores de *A Voz do Trabalhador* reforçam o grito do operariado internacional do abaixo a guerra. Reunidos em 10 de agosto do mesmo ano, a Federação Operária do Rio de Janeiro aprovou por unanimidade o seguinte parecer:

[...] Considerando que a miséria mais espantosa, a fome já consome e dizima as nossas vidas, assim como metralha a vida dos nossos irmãos nos matadouros europeus; e considerando que os protestos dos trabalhadores de todo o mundo deve levantar-se imediatamente contra tais atrocidades, cometidas em pleno século XX; a Federação Operária do Rio de Janeiro resolveu convocar esta reunião de protesto, afim de deliberar, de acordo com as necessidades, sobre as medidas a serem tomadas ante os bárbaros acontecimentos atuais e mais uma vez, estreitar os laços de solidariedade que nos unem aos trabalhadores de todos os países, confraternizando com eles na grandiosa internacional. (*A Voz do Trabalhador*, 20/08/1914, p. 1).

A questão da solidariedade operária é evidente nos três pareceres (no Brasil e na Europa); não se coloca em discussão a concepção política-ideológica dos trabalhadores, as divergências de ideias e de plano de ação ficam de lado, deixando maior espaço para a solidariedade daqueles que se unem pela situação econômica, moral e social e não pelas ideias políticas. Ou seja, a condição de trabalhador e de explorado é que passa a ser enfatizada pelos dirigentes do operariado e não a defesa de princípios e ideias, sejam elas anarquistas, sindicalistas ou socialistas, mas sim a necessidade de unirem a voz em um único grito de abaixo a guerra.

Com a ideia de unificar o operariado brasileiro, a comissão dirigente da COB, em reunião no dia 17 de agosto, decidiu convocar “[...] todas as associações operárias do Brasil [...]” (as confederadas e as não confederadas) para um comício de protesto contra a carnificina europeia e em solidariedade aos trabalhadores europeus. Com a intenção de reunir um grande número de trabalhadores, os dirigentes da confederação brasileira apelam para a máxima da Internacional “[...] trabalhadores de todo o mundo, uni-vos[...]”. (*A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p. 1).

Os editores de *A Voz do Trabalhador* se manifestaram contra a conflagração europeia e, entre os colaboradores, havia importantes militantes anarquistas, que apesar de representar uma minoria no interior da confederação, deram voz à tendência antimilitarista e antibelicista, movimento operário brasileiro. Em treze de setembro de 1914, “[...] diversas organizações operárias, atendendo ao apelo da Confederação Operária Brasileira, realizaram em suas sedes [...]” comício e sessões de protesto contra a “[...]conflagração europeia e de solidariedade com o operariado de todos os países em luta [...]”. (*A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1914, p.1).

Apoiado nos princípios do antimilitarismo, por influência do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, o evento ganha repercussão nacional e em diversas cidades do Brasil se encontram atos de manifestação contra a guerra. Porém, em diversas cidades, como “[...] Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Santos[...]” o proletariado não conseguiu ganhar as ruas, pois “[...] a polícia, zelosa no apoio aos opressores das classes trabalhadoras [...]” não permitiu manifestações operárias nem mesmo na sede de suas associações. Os movimentos organizados pelo operariado nacional com título de guerra a guerra representava para a classe dominante brasileira não um mero apoio aos trabalhadores nas trincheiras, mas uma ameaça à ordem do país. (*A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1914, p. 1).

No Rio de Janeiro, o manifesto realizou-se no largo São Francisco de Paula, às 15 horas, segundo o editorial *A Voz do Trabalhador* “[...] às 4 horas já era elevado o número de operários na sede da Federação, aguardando a formação do préstito[...]” para se dirigir ao local escolhido para o evento. Na Bahia, atendendo ao apelo da COB, o operariado se reuniu na sede do Sindicato de Ofícios Vários, promovendo comício de protesto contra a conflagração europeia e em solidariedade à Confederação Operária Brasileira. A correspondência enviada à edição de *A Voz do Trabalhador* é representativa acerca da solidariedade da classe operária brasileira com os operários europeus, bem como a aceitação dos princípios antimilitaristas, revelando ainda que a fronteira territorial não afastava o operariado brasileiro das consequências iminentes do conflito. Segundo o editorial:

[...] nós trabalhadores para sermos explorados, não existem fronteiras, tanto sofremos nós que estamos no Brasil como os que estão em França, na Inglaterra e

na Alemanha, enfim em todo o mundo, porque aqui como lá os processos dos burgueses são os mesmos, portanto nós devemos ser solidários com todos os nossos companheiros, sejam eles de onde forem. (*A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1914, p. 1).

O pronome pessoal “nós” do articulista reforça o posicionamento predominante no operariado brasileiro a respeito do conflito, bem como a identificação de classe, sendo enfatizado no final do texto com a expressão “nós operários da Bahia”, ou seja, tanto no Rio de Janeiro como na Bahia as posições caminhavam em uma mesma direção. (*A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1914, p.1).

No Estado de Pernambuco, segundo o mesmo editorial, ocorreram manifestações em apoio ao pedido da COB e em solidariedade ao operariado dos países em guerra. Em assembleia geral e extraordinária no Núcleo Político Operário de Belém, no dia sete de outubro de 1914, os associados aprovaram por unanimidade “[...] a sua adesão a esse grandioso gesto de vibrante indignação contra a carnificina europeia e de solidariedade com os trabalhadores dos países em luta”. Da mesma forma no Estado de Minas Gerais, em Poços de Caldas, a Liga Operária Internacional, em reunião extraordinária e de adesão ao convite COB, discutiram também sua atitude em relação à conflagração, resolvendo aderir à moção da Federação Operária do Rio de Janeiro (publicada no nº 61 de *A Voz do Trabalhador*). Porém, em Belo Horizonte a polícia “[...] não permitiu que os camaradas conscientes ai domiciliados levassem a efeito o seu gesto de protesto[...]”. (Cf. *A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1914, p.1).

Na cidade de São Paulo, ainda segundo o editorial, não foi possível “[...] a realização de qualquer manifestação promovida pelos trabalhadores contra a guerra[...]”. Próximo

da capital do Estado, os associados no Centro Operário de Jaú, no dia 13 de outubro, realizaram “[...]seu comício de protesto contra a luta que assola[va] o continente europeu [...]”. Ou seja, se na capital paulista não foi possível à realização de atos de protesto em solidariedade ao proletariado europeu, no interior do Estado o eco do grito de paz ganha os espaços de sociabilidade operária. (*A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1914, p. 1). Assim, verificamos que em diferentes Estados brasileiros, não somente no eixo Rio/São Paulo, os trabalhadores se posicionaram contrários à guerra europeia, mantendo uma posição antimilitarista, e, portanto antibelicista, refletindo um possível consenso entre os dirigentes e o próprio operariado brasileiro.

Mesmo longe do palco da guerra, no Brasil as forças de seguranças, em nome da ordem e do patriotismo, proibiram atos de manifestação contra o conflito em algumas capitais do país. Do outro lado do Atlântico, em Portugal, diante da ameaça da unidade nacional, ainda em 1912, a concepção antimilitarista foi considerada pelos governantes como sinônimo de antipatriotismo, e por isso, os defensores da ideia eram duramente perseguidos. Em julho do mesmo ano foi aprovada a “Lei de propaganda tendenciosa ou subversiva, [...]” que reforçava a repressão contra os perturbadores da ordem (PEREIRA, 2011, p. 79).

Um mês após o início das atrocidades, os “[...] efeitos da guerra fazem sentir-se profundamente na população trabalhadora [...]” portuguesa, o associativismo por meio dos sindicatos “[...]são ultrapassados pelos acontecimentos”, levando, em seis de agosto, a União Operária Nacional (UON) a reagir e se posicionar em face ao conflito (NUNES, 2011, p. 63).

Durante a conflagração, o movimento libertário português se dividiu ideologicamente em duas correntes distintas,

de um lado militantes defendendo fortemente a ação intervencionista (a favor dos Aliados) influenciada pelas ideias anarquistas de Pierre Kropotkine. E de outro, uma corrente que se posicionou neutra ao conflito, impulsionada por Errico Malatesta, que defendeu e incentivou uma postura antimilitarista. Ou seja, a guerra contribuiu “[...] para o aprofundar das divergências ideológicas no seio do movimento operário [...]” português (PEREIRA, 2011, p. 90).

Sobretudo a partir da publicação do *Manifesto dos Dezesesseis* que levou a criar divisões e paralísias. A repercussão da polêmica ganha o território europeu, e em Portugal a revista *Germinal* publicava o manifesto gerando debates acerca da intervenção ou não ao conflito. A divergência entre as duas correntes ficou evidente na redação do Manifesto dos Dezesesseis<sup>3</sup>, em que seus assinantes defendiam a necessidade de continuar os esforços da guerra. Em abril de 1916, por estar “[...] de acordo com a sua doutrina [...]” e ainda por julgar “[...] oportuna a sua publicação”, a revista de Emilio da Costa, *Germinal*, traz ao proletariado português as ideias expostas por Kropotkine e seus partidários, aumentando a divergência e a divisão do movimento operário e sindical português (Cf. *GERMINAL*, 3/04/1916, p. 6).

Durante 1917 agravaram-se as contradições entre as duas posições em Portugal, provocando uma cisão entre os anarquistas. Porém, os anarquistas mantiveram-se na direção do movimento antimilitarista, sobretudo, a juventude anarquista. Segundo António José Telo, a

liderança do movimento antimilitarista é tomada pelas Juventudes Sindicais e pela Juventude Libertária, em “[...] seus jornais o lugar central é ocupado pelos artigos contra a guerra, que aconselham os soldados a desertarem e a virarem as armas ‘contra os tiranos’. O eixo de toda a campanha é constituído pela palavra de ordem ‘guerra a guerra’. Além dos jornais, as juventudes sindicais produziam panfletos e cartazes, muitos dos quais circulavam nos quartéis, convidando os jovens à deserção.” (TELO, 1977, p. 95).

Apesar de Portugal se manter neutro até março de 1916, as consequências da guerra se faziam sentir em solo português, com o aumento dos preços dos alimentos e do custo de vida, gerando miséria e fome, sobretudo para a classe popular. Segundo César de Oliveira, o custo de vida em Portugal, de 1914 até agosto de 1917, sofreu um aumento da ordem de 66 %. Porém, ao considerar somente as cidades de Lisboa e do Porto, o aumento do custo de vida apresentava já, para outubro de 1917, um agravamento de 99 %, que em fevereiro do ano seguinte rondava os 133 %.

Na tabela apresentada pela Comissão Central da União Operária Nacional<sup>4</sup>, a carestia é expressa no aumento dos preços desde a entrada do país no conflito. (OLIVEIRA, 1973, p. 689).

3 O manifesto foi publicado pela primeira vez em 28 de fevereiro de 1916 no diário sindicalista francês *La Bataille*, entre os que assinaram o manifesto está Pierre Kropotkine, Jean Grave, Charles Malato e Paul Reclus. No mesmo mês no jornal *Freedom*, Errico Malatesta publicava suas ideias sobre a questão com o título *Anarquistas partidários do governo*, gerando grande discussão no interior do movimento libertário.

4 Fonte: Parecer apresentado pela Comissão Central da União Operária Nacional em 23 de fevereiro de 1917, ao Conselho Central: Sousa Neves, *apud* OLIVEIRA, César. Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18 /. *Análise Social*, Lisboa, N° 40, v. 10, 1973-4, p. 699.

Gêneros alimentares Antes da guerra		PREÇOS	
		Em Fevereiro de 1918	
Arroz	Quilo	120	440
Azeite	Litro	300	760
Cebola	Quilo	30	70
Feijão	Litro	80	200
Feijão-frade	Litro	50	180
Grão-de-bico	Litro	80	240
Milho	Litro	30	160
Fava	Litro	40	200
Batata	Quilo	30	80
Trigo	Litro	60	130
Pão de Trigo	Quilo	90	420
Pão de milho	Quilo	50	150
Carvão	Quilo	30	70
Leite de vaca	Litro	100	200
Manteiga	Quilo	1000	1600
Queijo	Quilo	800	1600
Ovos	Dúzia	200	420
Massas de farinha de trigo (nacionais)	Quilo	140	860
Toucinho	Quilo	320	720
Chouriço	Quilo	720	1600
Carne de porco	Quilo	280	1200
Carne de vaca	Quilo	320	840
Forragens para gado: palha	Molho	8	50
Forragens para gado: feno	Molho	20	80
Forragens para gado: sêmea	Molho	20	120
Atum em azeite	Molho	320	960
Atum em salmoura	Molho	200	600
Sardinha (média)	Dúzia	50	140
Carapau (médio)	Dúzia	60	160

O aumento do custo de vida atingiu a todas as classes sociais em Portugal, porém, o operariado foi o que mais sentiu a subida dos preços, sobretudo dos gêneros de primeira necessidade, devido aos salários e “[...] pela ausência de outros recursos - como o crédito - que a sua mísera condição lhes não facultava, os operários são os mais sacrificados por essa alta de preços, são os que mais heroicamente

[...]” lutam por melhores condições de vida. (OLIVEIRA, 1973, p. 701).

Apesar do esforço dos dirigentes do operariado português para superarem as condições sociais, econômicas geradas pela guerra, somam-se dificuldades para manter uma unidade forte para lutar por melhores condições de vida, seja pela greve geral sugerida pela primeira vez ao Conselho

Central da União Operária Nacional, contra a carestia de vida, em janeiro de 1916, que devido à “[...] debilidade e exaustão das organizações operárias, a ideia foi preterida em favor de lutas parciais e generalizadas pelo aumento dos salários, contra o desemprego e contra a guerra.[...]”. Ou por outro lado os recuos e refluxos causados pelos diferentes posicionamentos em relação ao conflito. (Cf. OLIVEIRA, 1973, p. 690).

No entanto, as perturbações econômicas e financeiras não abalaram o debate de ideias e as polêmicas entre o operariado português; neste sentido o grupo libertário do Norte em carta aos cidadãos portugueses, em 26 de março de 1916, deixa clara sua posição em relação à conflagração e à entrada do país na guerra. Segundo os militantes do norte, “[...] somos, portanto, contra a guerra. Não somos *aliadófilos* nem *germanófilos*. Não somos partidários de qualquer grupo de Estados beligerantes: somos contra todos - porque somos anarquistas.” (*Os anarquistas e a Guerra*, 26/03/1916, p. 2).

Continuando o posicionamento, os anarquistas do norte alertam para o fato de não compartilharem das ideias dos grupos que defendiam a entrada de Portugal no conflito, em suas palavras, “[...] o fato de os interessados na guerra proclamarem aos quatros ventos que todo o povo de Portugal recebeu a declaração de guerra sem o mais pequeno sinal de desagrado, não significa que *nós*, anarquistas, embora sendo parte integrante do povo nesse estado de espírito, a recebêssemos.” (*Os anarquistas e a Guerra*, 26/03/1916, p. 2).

O pronome pessoal nós, utilizado na publicação pelos anarquistas do Norte, para se referirem aos anarquistas portugueses, sugere que os libertários se posicionaram da mesma forma em relação à conflagração europeia, porém, os periódicos operários revelam um

quadro de ruptura e divergência em relação aos ideais libertários. A declaração de nós, os Anarquistas do Norte, faz referência não apenas a uma divisão geográfica do país, mas a uma aparente cisão ideológica entre o operariado do Sul e do Norte. Divisão pode ser entendida a partir das resoluções do I Congresso Nacional Operário, realizado em 14 de março de 1914, em que estiveram reunidos 103 sindicatos e 7 federações, representando cerca de 90 000 trabalhadores filiados.

Ou seja, entre as medidas tomadas no congresso, ficou decidida a criação da União Operária Nacional, dividida em duas seções, a do Norte, no Porto, e a do Sul, em Lisboa (Cf. NUNES, 2011, p. 60). Segundo Joana Dias Pereira, entre os libertários portugueses, a corrente antimilitarista “[...] seria largamente majoritária, uma vez que as resoluções dos congressos anarquistas foram sempre claramente antimilitaristas [...]”, alinhando suas posições face à guerra com os sindicalistas revolucionários, já que neste período o anarquismo operário, está marcado pela sua participação no movimento sindical (Cf. PEREIRA, 2011, p. 94).

Em 1911, ainda antes da guerra, no Primeiro Congresso Anarquista, os libertários portugueses aprovaram uma orientação antimilitarista, que, segundo Dias Pereira, irá predominar no interior do movimento operário português. Ou seja, apesar de muitos militantes “[...]socialistas, e até anarquistas, fossem conquistados pela ideia de uma guerra civilizacional contra o despotismo dos impérios centrais, a generalidade dos dirigentes sindicais mantiveram-se sempre contra a conflagração e a participação de Portugal na mesma” (PEREIRA, 2011, p. 75).

Apesar da divisão, a única luta reconhecida pelo movimento sindical em Portugal é a

[...] luta em que digladiam interesses morais e econômicos opostos, definindo dois campos nitidamente antagônicos: o capitalismo e o proletariado. A nossa fé revolucionária, a nossa orientação, leva-nos apenas a uma batalha enorme, demorada, de difícil preparação: a revolução social, o construir palmo a palmo sobre cinzas desta sociedade corrupta e criminosa, um organismo novo.

Ou seja, para reforçar seu apelo ao proletariado português, os dirigentes do movimento alegam que “[...] só neste sentido devem convergir todos os nossos mais ardentes e poderosos esforços, só esta ideia merece os nossos sacrifícios, a nossa constante atividade”. (*Proletários! Evitemos a conflagração universal preparada pelos capitalistas!*).

O antimilitarismo dos anarquistas portugueses já era perceptível antes da guerra começar e, segundo António José Telo, a propagando antimilitarista “[...] era tradicional no anarquismo português, e essa tinha sido justamente uma das vias que a República resolvera atacar o anarquismo, ao aprovar leis contra a agitação antimilitarista.” (TELO, 1977, p. 95).

Em primeiro de janeiro de 1915, antes do ingresso de Portugal no palco da guerra, Emilio Costa lança em sua revista *Germinal* uma série de artigos intitulados *Os Anarquistas e a guerra europeia*, em que o militante expõe suas opiniões e visões acerca da conflagração europeia. Costa repercutiu em seus artigos o estado de espírito dos anarquistas portugueses. Segundo o editor de o *Germinal*, as discussões a respeito dos posicionamentos dos libertários diante da guerra chegavam a ponto de criar divisões no movimento, já que “[...] cada vez mais se acentuam [...]” as divergências “[...] entre os que ontem ainda se consideravam bons camaradas [...]”, gerando um “[...] grande recuo na marcha das ideias que uns e outros

defendem [...]” (Cf. *GERMINAL*, nº 1 - Ano I, 1º de Janeiro de 1915, p. 1)

Em dez de janeiro do mesmo ano, Emilio Costa traz ao debate um texto de Malatesta publicado em *Tierra y Libertad* (em 30 de dezembro de 1914), intitulado *Anarquistas que olvidam sus principios*. O artigo é a exposição das ideias de Malatesta no tocante à atitude que os militantes anarquistas deveriam manter perante a guerra, que, segundo Emilio Costa, é uma das “[...] exposições que se tem feito em contrário à atitude defendida por Kropotkine, Malato e outros [...]” (Cf. *GERMINAL*, nº 2 - Ano I, 10 de Janeiro de 1915, p. 2).

Ao se referir ao artigo de Malatesta, *Anarquistas que olvidam sus principios*, Emilio Costa trazia ao debate somente as passagens que lhe pareciam fundamentais para a questão, e que apresentavam aos operários portugueses a visão de Malatesta, que segundo Costa engana-se ao assumir tal posição. Nos fragmentos publicados em espanhol, Emilio Costa, citando Malatesta, expõe os posicionamentos do militante italiano em relação à conflagração europeia. No texto, Malatesta admite a existência de guerras necessárias, porém a conflagração europeia, na sua visão, não possui tal evidência e vai contra os princípios libertários; em suas palavras, “[...] hay guerras necesarias, guerras santas, las guerras de liberación, como lo son en general las ‘guerras civiles’, esto es, las revoluciones. Mas ¿esta guerras tiene algo de común con la emancipación humana, y por lo tanto con nuestra causa?” (*GERMINAL*, 20 de janeiro de 1915, p. 1).

A partir da apresentação da visão de Malatesta, Emilio Costa passa a expor seu posicionamento em relação ao conflito e fazer críticas aos anarquistas que optaram pelo antimilitarismo. O militante português era favorável à intervenção na guerra a fim de evitar uma vitória alemã, pois, segundo

ele, “[...] o grande perigo duma vitória alemã, não estaria só no fato propriamente dito da dominação pelas armas alemãs; estaria em que a vitória viria a despertar e robustecer o espírito reacionário[...]”. Ou seja, os ideais libertários estariam em perigo com uma possível vitória da Alemanha. Para finalizar seu artigo, Emilio Costa justifica sua concepção militarista em favor da defesa da França contra a Alemanha, e ainda “[...]em nome da liberdade contra o despotismo [...]”, sem que, no entanto, “[...] nos confundamos com os governantes e reacionários franceses[...]”. (Cf. *GERMINAL*, 14 de março de 1915, p.2).

No início do século passado, como a imprensa operária brasileira publicou inúmeros textos contra a Lei do Sorteio Militar, aprovada apesar da resistência popular em janeiro de 1908, mesmo antes da conflagração europeia, as questões antimilitaristas também eram discutidas nos espaços de sociabilidade. Apesar dos esforços da elite brasileira em estabelecer uma lei de alistamento obrigatório para reorganizar o exército e militarizar o país a ferro e fogo, a lei só começou a valer em 1916, devido à mobilização popular, contrária aos princípios burgueses. O operariado promoveu a conscientização da classe popular contra a Lei do Sorteio Militar, e incentivou a resistência popular, que logo foi classificada pela classe burguesa como falta de patriotismo.

Em 1909, o periódico *Não Matarás*, órgão da Liga Antimilitarista Brasileira, noticiou a atitude popular, inclusive e também fora dos centros industriais do país, de modo que o governo “[...] por insuficiência de alistamento [...]” não fizesse o sorteio militar. Além do número de ausências no alistamento, “[...] muitas gente se revoltou contra a lei [...]” fornecendo as juntas militares nomes falso. Ainda segundo o editorial *Não Matarás*, no Estado de Minas Gerais as mulheres formaram uma forte frente de resistência contra a lei “[...] e algumas mortes

mesmo houve que lamentar [...]”. (Cf. *Não Matarás*, dezembro de 1908, p. 3).

O contexto belicista na Europa impossibilitava atos de protesto contra a guerra, denunciados como antipatrióticos, mas era necessário que o proletariado nacional se posicionasse contra o conflito. Assim, em 1915, a Confederação Operária Brasileira reforçou seu caráter antimilitarista e convocou o operariado nacional a reunir-se no Rio de Janeiro nos dias 14, 15 e 16 de outubro: era o Congresso Internacional da Paz. Segundo os organizadores, “[...] foi um fato acima da expectativa [...]” e revelou que o “[...]pendão do internacionalismo continuava sendo empunhado pelo proletariado [...]”. No evento, imperava o grito de “[...] guerra à guerra[...]”, pois a única batalha reconhecida e aconselhada pelos congressistas era “[...]a guerra dos trabalhadores contra os patrões, dos pobres contra os monopolizadores das riquezas, dos libertários contra o Estado[...]”. (Cf. *Na Barricada*, 21/10/1915, p. 2.).

Nota-se o caráter apartidário da circular intitulada pela paz, pois esta é direcionada “[...] aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo” (*Circular do Congresso Internacional da Paz*, 29/07/1915, p.1). Ou seja, não somente anarquistas ou socialistas refletindo as bases de acordo do congresso operário de 1906, que entre outras aconselhava “[...] que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária[...]”. (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 47). Ou seja, a autonomia política e ideológica defendida pelos dirigentes da COB, mesmo durante o contexto da grande guerra, continuava presente no interior da confederação, e mesmo com as dificuldades que enfrentou permitiu uma ampla circulação e debates de ideias entre seus associados.

A intenção dos dirigentes brasileiros em organizar o congresso pela paz foi motivada em parte pela pressão exercida pelas nações beligerantes sobre o governo espanhol, que naquele ano proibiu o Congresso Internacional da Paz, organizado para o dia trinta de abril de 1915 naquele país. Segundo os líderes da COB, o fato revelava que os governos temiam que o proletariado internacional unisse esforços e se transformasse em um grande inimigo a combater. Ainda segundo a circular do congresso brasileiro:

Basta já de filosofar: vamos aos fatos. Beligerantes e neutrais, sofremos as mesmas consequências do atual estado de coisas, - uns dando a sua vida nos campos de batalha, em holocausto ao deus Capital, os outros, por efeito da crise industrial e comercial, morrendo, por efeito da crise industrial e comercial, morrendo de fome e de miséria [...] (*Circular do Congresso Internacional da Paz*, 29/07/1915, p. 1).

Em nota, percebe-se que a questão referente à polêmica antimilitarista e intervencionista é conhecida pelo operariado brasileiro, não ficando somente em território europeu, que devido ao internacionalismo operário, a divergência atravessou o Atlântico e chegou em terras brasileiras. Porém, a classe trabalhadora considerou as questões sociais e econômicas decorrentes do conflito como fator de união e não as concepções políticas e filosóficas. Além das questões militaristas, as concepções políticas e ideológicas também foram deixadas do lado no congresso, pois a circular novamente enfatiza o caráter autônomo do evento ao convocar “[...]aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo[...]”(*Circular do Congresso Internacional da Paz*, 29/07/1915, p.1).

Portanto, não somente nos primeiros anos de atividade da COB, mas também durante a Grande Guerra, os dirigentes brasileiros procuraram seguir uma orientação autônoma e neutra em relação a concepções políticas-ideológicas, favorecendo uma ampla circulação e debate de ideias no interior das associações filiadas à confederação. Enquanto o conflito ocorria, as divergências políticas e ideológicas entre os militantes mais revolucionários se acentuavam e a guerra também reforçava a solidariedade entre o proletariado. Ou seja, conforme circular do congresso realizado no Rio de Janeiro em 1915, ele acentuou o caráter autônomo das associações, pois não foi direcionado só para um grupo específico, mas, a “[...]todos os proletários do mundo, e todos os homens de espírito altruísta e de grandes ideias de redenção humana”[...], que deveriam se apresentar para a luta. (*Circular Congresso Internacional pela Paz*, 29/07/1915, p. 1).

Entre os temas discutidos no congresso brasileiro pela paz se deu a discussão acerca dos os “[...] meios mais eficazes para fazer terminar a guerra europeia [...]”; a partir deste tema, a Confederação Operária Brasileira reconhecia que a única luta, que a única trincheira legítima era entre o proletariado e o capital; segundo a comissão organizadora “[...]antes que morrer nas trincheiras, defendendo os interesses da classe capitalista, é preferível morrer nas barricadas, defendendo a vossa emancipação [...]” (*Circular do Congresso Internacional da Paz*, 29/07/1915, p. 2).

Ou seja, para os dirigentes do operariado brasileiro ao terminar a guerra não haveria vencedores e nem vencidos, pois a classe trabalhadora continuaria “[...]os mesmo escravos do salário[...]” (*Circular do Congresso Internacional da Paz*, 29/07/1915, p. 2).

No Brasil, o Congresso pela Paz reforçou ainda o caráter internacionalista do

movimento operário brasileiro não somente devido ao fluxo migratório do início do século XX, mas, sobretudo, devido à circulação de ideias e informações entre as associações operárias espalhadas pelo mundo, com aumento da circulação de ideias e de pessoas durante o estado de guerra. No balanço do congresso, a comissão organizadora foi otimista com o posicionamento e a atitude do operariado internacional:

Esta assembleia, reunida, apesar de tudo, em meio do geral descalabro causado pelo monstruoso crime guerreiro. É bem uma prova evidente de que as aspirações e os sentimentos do proletariado revolucionário não se acham mortos nem apagados. Podemos gritar para o mundo: ao velho pendão da Internacional nós o empunhamos, por sobre todas as ruínas, como um sinal de energia vital, de energia invencível. Viva a Internacional! Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1915. A Comissão organizadora: Antonio F. Vieytes Astrojildo Pereira (*Relatório da Comissão Organizadora*, 14/10/1915, p.3).

Ou seja, o congresso realizado em terras brasileiras foi uma vitória para o apartidarismo, bem como da concepção antimilitarista e demonstrou que em pleno conflito o associativismo operário não foi prejudicado. Os dirigentes encontravam formas de se organizarem e circularem ideias e valores a respeito da situação econômica e social que vinham enfrentando, e, por outro lado, mostra que o internacionalismo influenciava e contribuía para construção de uma cultura política operária em solo brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da conflagração europeia representa um momento de fluxo e refluxo para o movimento operário em nível internacional.

Enquanto no Brasil a carestia invadia o lar operário e o deixava à beira da miséria, o controle dos sindicatos e associações reduzia a participação e atividade operária nos espaços públicos, levando o operariado nacional a aceitar salários que chegavam para não morrer de fome. Ou seja, a guerra, bem como suas consequências para a classe trabalhadora, consistiu em grandes obstáculos para realizar os ideais de emancipação. A classe popular teve sua condição de vida devastada pelo conflito, ou seja, se na Europa “[...] a guerra, a morte, a miséria, a fome[...]” invadia os lares operários, no Brasil “[...]a crise de trabalho, a miséria, a fome [...]” assolavam o proletariado nacional, que não encontravam outra saída a não ser posicionar-se em solidariedade aos trabalhadores dos países em conflito. (Cf. *A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p.1).

Diante do regime político predominante na Primeira República, o sindicalismo revolucionário canalizou o estado de espírito da classe trabalhadora em torno do sindicalismo de caráter autônomo. Anarquistas, socialistas e sindicalistas encontraram, nesse movimento, a oportunidade de praticarem suas ideias de harmonia e libertação contra o Capital, fortalecendo-se para a revolução. Diante da conflagração europeia, em sintonia com os dirigentes da CGT francesa, os militantes sindicalistas brasileiros conscientizam a orientação antimilitarista na classe trabalhadora brasileira e fortaleceram os laços de solidariedade e identidade operária em nível internacional.

Os militantes mais revolucionários conscientizaram a classe trabalhadora brasileira sob o caráter antimilitarista que é levado aos sindicatos e às associações operárias. Temas de reivindicações como a redução da jornada de trabalho, melhores salários, melhores condições de trabalho ganham reforço com a degradação progressiva da classe trabalhadora causada pela guerra. A luta contra a carestia do pão

e do emprego passa então a fazer parte do repertório das manifestações no Brasil.

Segundo Ana Paula Pires se, por um lado, a guerra contribui para acentuar as divergências entre os militantes mais revolucionários, criando dois grupos com ideias bem opostas, por outro, o conflito teve consequências de ordem socioeconômica para o governo português. Afinal, as consequências imediatas do conflito chamaram a “[...] atenção da República para os grandes problemas sociais [...]” que o povo enfrentava, forçando o governo a aprovar medidas como a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social em março de 1916 (Cf. PIRES, 2011, p. 14).

Contudo, ao analisar o transnacionalismo das circulações de ideias

anarquistas no contexto da Grande Guerra, os dados encontrados aparentemente nos revelam o desenvolvimento de visões e concepções que fazem parte de um conjunto de princípios em que o anarquismo se apresenta como referencial, porém, muitas vezes divergindo entre si. Ou seja, os posicionamentos referentes à conflagração europeia demonstram que, assim como entende Alex Sandro Barcelos Côrtes,

[...] o mais correto seria referir-se, não ao anarquismo, como único e monolítico, mas aos anarquismos, ideias plurais e práticas baseadas na propaganda pela ação direta, meios de construção de uma sociedade libertária (CÔRTEZ, 2006, p. 56).

## REFERÊNCIAS

BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 161-189, 2003 (O Brasil Republicano, v. 1).

CÔRTEZ, A. S. B. Raízes do anarquismo no Brasil. In: DIMINICIS, R. B.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, p. 56. v. 1.

MARQUES, I. P. **Das trincheiras, com saude**: a vida quotidiana dos militares portugueses durante a Primeira Guerra Mundial. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

NUNES, A. (Org.). **Contributos para a História do movimento operário e sindical**: das raízes até 1977. Lisboa: CGTP-IN, 2011.

OLIVEIRA, C. Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18 /. **Análise social**, Lisboa, N° 40, v. 10, 1973-4, p. 679-702.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. **A classe operária no Brasil, 1889-1930, documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. v. 1.

PEREIRA, D. J. **Sindicalismo revolucionário**: a história de uma idéia. Lisboa: CNCCR e Caleidoscópio, 2011.

PEREIRA, J. P. **Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917**. Porto: Convergência, 1971.

PIRES, A. P. **Portugal e a I Guerra Mundial**: a república e a economia de guerra. Lisboa: Caleidoscópio, 2011.

SAMIS, A. **Minha pátria é o mundo inteiro**: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.

TELO, J. A. **O sindonismo e o movimento operário português**: lutas de classes em Portugal, 1917-1919. Lisboa: TIPOGRAFIA A UNIÃO, 1977.

## **DOCUMENTOS**

**A Voz do Trabalhador** - Rio de Janeiro 1908 - 1916

**Circular do Congresso Internacional da Paz Confederação Operária Brasileira**, Rio de Janeiro - 29 de junho de 1915.

**Na Barricada**, Rio de Janeiro 1915 - 1916

**Não Matarás**, Rio de Janeiro 1908

**Relatório da Comissão Organizadora do Congresso Internacional da Paz**, Rio de Janeiro - 14 de outubro de 1915.

**Germinal**, nº 3, Abril de 1916, CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_153908](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_153908) (2015-10-23)

**Proletários! Evitemos a conflagração universal preparada pelos capitalistas!**, Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Espólio Pinto Quartin, PQ 286, P59.

**Os anarquistas e a Guerra**, 26/03/1916, p. 2, Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Espólio Pinto Quartin, PQ 336, P 109.

Recebido em: 22 de maio de 2015

Aprovado em: 30 de outubro de 2015